

RECOMENDAÇÕES

(I) Que o Estado brasileiro garanta a implementação do direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado, conforme previsto pela Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em vigor no Brasil por força do Decreto nº 5051/2004, por meio do diálogo intercultural, marcado pela boa-fé, transparência e reconhecendo o caráter vinculante dos resultados das consultas, permitindo que as comunidades possam verdadeiramente participar e influir no processo de tomada de decisões em todas as fases, sendo renovado a cada geração de novas informações, sobretudo, em procedimentos que se desdobram em vários atos.

(II) Que o Estado brasileiro respeite os protocolos comunitários e autônomos de consulta e consentimento prévio, enquanto instrumentos de autodeterminação, que estabelecem entendimentos das comunidades tradicionais acerca de suas configurações internas e processos de interação histórico-culturais.

(III) Que o Estado brasileiro assegure que as empresas respeitem as normas nacionais e internacionais de proteção dos direitos humanos que o Brasil é signatário, abstendo-se de autorizar pesquisas minerárias e quaisquer outras atividades minerárias no território da tradicional comunidade de Taquaril dos Fialhos.



ACESSE O CONTEÚDO ESPECIAL SOBRE OS CASOS

CASO TAQUARIL DOS FIALHOS

ORGANIZAÇÃO

monitoramento dos
direitos humanos Brasil



COORDENAÇÃO



FEBrasil
articulação e aliança

PARCEIRO

ASPAT
Associação dos Pequenos Agricultores de Taquaril dos Fialhos

APOIO: [Pão para o Mundo](#) e [MISEREOR](#)

projeto Direitos Humanos em Ação

CASO TAQUARIL DOS FIALHOS

A ARTICULAÇÃO PARA O MONITORAMENTO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL (AMDH), sob coordenação do MNDH, PAD, FE ACT Brasil, acompanha situações de violações dos direitos humanos, por meio do projeto Direitos Humanos em Ação (DH em Ação), promovendo – em parceria com a ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE TAQUARIL DOS FIALHOS (ASPAT) – processos de monitoramento e incidência sobre o caso da **Comunidade Taquaril dos Fialhos, em Licínio de Almeida, Bahia, Brasil.**

ESCANEE E SAIBA MAIS



Mais informações

monitoramentodh.org.br | @monitoramentodh

CONTEXTO

No sudoeste do estado da Bahia/Brasil, onde se encontram os biomas Cerrado e Caatinga, na região da Serra Geral (conhecida popularmente como Serra do Salto), no interior do município de Licínio de Almeida, está a comunidade rural tradicional de Taquaril dos Fialhos. Formada há mais de 100 anos, conta com 32 famílias e está situada num vale com abundante disponibilidade hídrica e terra fértil, vivendo até hoje da agricultura familiar, cultivando frutas, hortaliças, legumes e criando animais entre outras produções que garantem a subsistência e a soberania alimentar da comunidade.

As práticas de subsistência e os modos de vida dessa comunidade passaram a sofrer ameaças e riscos, desde que começaram as ofensivas de empresas mineradoras para explorar minérios de ferro e de manganês na região. Isto ocorre porque o território de Taquaril dos Fialhos está inserido entre as áreas pretendidas para exploração da denominada Província Mineral do Vale do Paramirim (PMVP), apontada como distritos mineiros que agregam mais de 32 municípios baianos, sendo os principais localizados em Caetitê, Licínio de Almeida, Ibipitanga, Boquira, Macaúbas e Paramirim.

Entre 2021 e 2024, houve aumento de 35,8% nas autorizações de pesquisa mineral, atingindo um total de 19.175 casos, conforme análise dos dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), através dos municípios bairros, ou seja, mais da metade dos 417 que compõem o estado. No município de Licínio de Almeida, conforme análise no Banco de Dados da ANM, constam 125 processos minerários ativos (em 22/7/2024), cobrindo quase a totalidade da extensão territorial municipal. A concentração das poligonais presente no referido município, encontra-se na fase de “Autorização de pesquisa”, com 89 processos e representando 71% do total. Há um interesse histórico de exploração mineral no território da comunidade de Taquaril dos Fialhos. As primeiras investidas por minérios começaram a ser feitas, em 2007, pela Bahia Mineração (Bamin), empresa pertencente à mineradora Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC). Após a Bamin, veio a Greystone Mineração do Brasil Eireli que obteve a primeira licença de pesquisa mineral, em 2011. Esta, porém, teve o relatório de pesquisa desaprovado pela ANM. Já em 2018, a importunação da comunidade passou a ser a Companhia Vale do Paramirim Participações S.A (CVP), a qual recentemente tem conseguido autorizações para realização de pesquisa mineral no território da comunidade, inclusive, com a supressão da vegetação nativa.

Observam-se diferentes problemas por parte da empresa que realiza a etapa de pesquisa, que incluem a falta de transparência nas informações; relatos de assédio e pressões relacionadas à necessidade de assinaturas de documentos sem assessoria técnica, muitas vezes com cláusulas abusivas, dúbias e/ou complexas para o entendimento das comunidades; além da destruição dos biomas e ecossistemas, devido ao desmatamento para a abertura de estradas vicinais e trincheiras para coleta de amostras. Além da falta de transparência sobre a continuidade das pesquisas, descobertas realizadas e as fases seguintes dos planos das empresas.

Cabe destacar que tais investidas são legitimadas pelo Estado brasileiro que – sem garantir o direito à consulta livre, prévia e informada – vem autorizando em favor das empresas mineradoras tanto a pesquisa quanto à prospecção mineral. Seja por intermédio da União, via Agência Nacional de Mineração (ANM), seja por meio do Governo do Estado da Bahia, via Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), os governos dão prevalência aos interesses das mineradoras, justificando-se genericamente no suposto ganho econômico gerado pelos resultados da exploração mineral, apesar da falta de evidências consistentes sobre benefícios para além do discurso genérico de geração de emprego e renda, que oculta as muitas perdas sociais e ambientais associadas aos processos destrutivos da mineração, sobretudo para as economias locais e os modos de vida dos povos tradicionais.

A comunidade de Taquaril dos Fialhos mobiliza-se contra a pesquisa e prospecção mineral por saber que estas são o ponto de partida para um processo de tomada dos territórios para implementação de megaprojetos extrativistas, a partir da expropriação das terras e das águas, com cercamento de áreas e bens naturais utilizadas historicamente pelos moradores da região.

IMPACTOS DA MINERAÇÃO

A pesquisa minerária, já teve potencial de gerar uma série de impactos significativos tanto no meio ambiente quanto na dinâmica social da comunidade Taquaril dos Fialhos, entre os quais se observa.

> **IMPACTOS AMBIENTAIS:** ao se abrir estradas de acesso e trincheiras para coleta de amostras na área pesquisada, houve a retirada da cobertura vegetal (desmatamento), a supressão e a compactação do solo, a realização de furos de sondagem superior ao autorizado, a disposição inadequada de rejeitos sólidos e erosão do solo, o que afetou a biodiversidade da fauna e flora, além da capacidade de retenção de água.

> **IMPACTOS COMUNITÁRIOS:** a pesquisa minerária gerou conflitos entre os interesses da empresa mineradora e os direitos de uso da terra da comunidade, além de pressões, constrangimentos e conflitos sociais entre integrantes da comunidade, gerados e fomentados pelas empresas mineradoras interessadas em disputar os territórios e recursos naturais; há ações de assédio judicial e tentativa de criminalização de organizações e movimentos sociais.

> **IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS:** potencial aumento da vulnerabilidade socioeconômica, devido a expropriação de terras e a destruição do meio ambiente pelas atividades minerais, que tornam impossíveis os modos de vida tradicionais e o uso agricultável familiar do território, forçando muitas pessoas a abandonarem suas casas e a principal fonte de sustento.

LICÍNIO DE ALMEIDA

VIOLAÇÕES E AMEAÇAS AOS DIREITOS HUMANOS

A imposição de megaprojetos de mineração, legitimado pelo Estado brasileiro, desde a pesquisa e prospecção mineral, têm potencial de gerar uma série de violações, restrições e ameaças aos direitos humanos, afetando diversos aspectos da vida das populações de comunidades tradicionais, como as que estão sendo expostas a comunidade de Taquaril dos Fialhos:

DIREITO À PARTICIPAÇÃO E À CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA (a comunidade que vem sendo afetada pelas pesquisas e prospecção mineral nunca foram consultadas e nem tem acesso à informação sobre os impactos ambientais e sociais sobre os projetos minerários na região). **DIREITO À ÁGUA** (ameaça ao acesso aos mananciais, à água potável e a segurança alimentar da comunidade, pois a mineração consome grandes volumes de água e pode contaminar os recursos hídricos da região, mesmo se for considerado uma extração sem a utilização de água, a ação mineraria provocará a degradação do solo, a partir da remoção da cobertura vegetal e a disposição de resíduos minerais podem levar à perda da fertilidade do solo, erosão e assoreamento de rios, além do o rebaixamento do lençol freático podendo provocar a destruição das nascentes da Serra do Salto). **DIREITO À TERRA** (risco real da expropriação de terras dos agricultores familiares, diante da imposição do projeto de mineração nesse território, sem esquecer que a mineração é uma atividade finita, no seu processo de extração, o solo uma vez minerado ficará infértil). **DIREITO À SAÚDE** (a exposição a substâncias químicas tóxicas presentes nos processos de mineração que podem causar doenças respiratórias, dermatológicas e outras complicações de saúde, além da contaminação de fontes de água utilizadas pelas comunidades). **DIREITO À CULTURA** (ameaças às práticas culturais históricas e tradicionais, aos modos de vida da comunidade local diante do megaprojeto mineral). **DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO E LIVRE DE MINERAÇÃO** (a degradação ambiental causada pela mineração, como a contaminação do solo e da água, a perda da biodiversidade e o desmatamento, afeta a sadia qualidade de vida da comunidade de Taquaril dos Fialhos).